

Réplica

ASSOCIAÇÃO DO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO
RIO GRANDE DO SUL

amprs

Revista Réplica

Ano 42 - N° 8 | MAIO 2023

www.amprs.com.br/jornal-replica



ESPECIAL

Um novo olhar para as vítimas

Conheça o **Projeto Nêmesis** e outras iniciativas do Ministério Público que buscam o acolhimento das vítimas de crimes



REVISTA RÉPLICA

ANO 42 - Nº 8 | Maio de 2023

Capa:
Prana - design & cultura

Lançado na Promotoria Criminal de Caxias do Sul, o Projeto Nêmesis tem como objetivo acolher e orientar as vítimas de crimes desde o momento do flagrante até a audiência final, passando por todas as etapas do processo penal. A iniciativa reflete uma nova visão do Ministério Público e de outras instituições brasileiras, que têm voltado suas ações para o acolhimento das vítimas, buscando o equilíbrio quebrado pelas práticas delitivas. “Por vezes, enquanto promotores de Justiça, não temos ideia da dimensão que uma prática delitiva pode ter e do potencial de estrago na vida de uma pessoa”, observa a promotora de Justiça Alessandra Moura Bastian da Cunha, idealizadora do projeto. O Nêmesis é sobre empatia, acolhimento e orientação em um momento de vulnerabilidade, que é, justamente, a mensagem que esta edição da Revista Réplica busca transmitir com a sua imagem de capa.

Sumário

Carta ao Leitor	03
NOSSA ASSOCIAÇÃO Compromisso renovado	04
ENTREVISTA - MANOEL MURRIETA, PRESIDENTE DA CONAMP “Ainda há uma falta de compreensão sobre o que é o Ministério Público”	07
CARREIRA Comoção em Planalto	09
ESPECIAL Um novo olhar para as vítimas	12
MEMORIAL Sérgio da Costa Franco, um servidor dedicado	17
APARTES	18
CRÔNICA Antigas contendas por Mário Cavalheiro Lisbôa	22
CRÔNICA Cem dias, agora ou ao final? por Cláudio Brito	23

EXPEDIENTE

Réplica é uma publicação da Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul (AMP/RS)

PRESIDENTE

João Ricardo Santos Tavares

VICE-PRESIDENTE ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

Fernando Andrade Alves

VICE-PRESIDENTE DE NÚCLEOS

André de Azevedo Coelho

VICE-PRESIDENTE DE VALORIZAÇÃO FUNCIONAL

Henrique Rech Neto

VICE-PRESIDENTE DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Karine Camargo Teixeira

VICE-PRESIDENTE DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL E RELACIONAMENTO

Márcia Regina Nunes Villanova

VICE-PRESIDENTE DE JUBILADOS

Guacira Almeida Martins

DIRETOR DA REVISTA RÉPLICA

Mário Cavalheiro Lisbôa

COMITÊ EDITORIAL

André de Azevedo Coelho
Alessandra Moura Bastian da Cunha
Cláudio Barros Silva
Cláudio Brito
Fernando Andrade Alves
Mário Cavalheiro Lisbôa

EDIÇÃO

CORE Comunicação & Relacionamento
Rua Mostardeiro 777, 1401, Moinhos de Vento
CEP 90430-001 - Porto Alegre (RS)
core@corecomunicacao.com.br
(51) 3017-1284

REPORTAGEM

Matheus Closs (MTB 20.085)
Robson Hermes (MTB 20.074)

EDIÇÃO E REVISÃO

Mariana Oselame (MTB 13.040)
Catia Bandeira (MTB 7.212)

DIAGRAMAÇÃO

Rafael Sarmento [Prana - design & cultura]
Rua Cel. Fernando Machado, 464 - Centro Histórico
CEP: 90010-320 - Porto Alegre (RS)
rafael.sarmento@pranacultura.com
(51) 991.699.944

IMPRESSÃO

Editora São Miguel
Av. Alexandre Rizzo, 534, Desvio Rizzo
CEP 90230-010 - Caxias do Sul (RS)
(54) 3220.3232

TIRAGEM

1.500 exemplares



Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 501
Praia de Belas - CEP 90050-191
Porto Alegre (RS)
Telefone: (51) 3254.5300
www.amprs.com.br

Carta ao leitor



Robson Hermes / AMPRS

Caros associados e associadas,

Você tem em mãos mais uma edição especial da Revista Réplica! Desta vez, o destaque da publicação é uma matéria especial sobre o Projeto Nêmesis, programa de acolhimento e orientação às vítimas de pós-flagrante. Junto a outros projetos espalhados pelo País, a iniciativa marca um novo momento para o Ministério Público em que a Instituição se dedica ao fomento de ações voltadas ao aprimoramento do atendimento às vítimas de crimes.

Nas primeiras páginas, trazemos uma matéria de apresentação dos membros da nova Diretoria Executiva da AMP/RS, que, ao meu lado, assumiram a gestão da entidade em dezembro de 2022. Neste conteúdo, contamos um pouco sobre o sentimento de sermos alçados pelo voto da classe para representá-la na defesa de suas prerrogativas e anseios, bem como relembremos as metas apresentadas durante a campanha a fim de firmar novamente o compromisso com as nossas funções até o final do mandato.

Esta edição também contém uma entrevista muito especial com o presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público, o promotor de Justiça paraense Manoel Murrieta. Nela, o dirigente destaca os desafios enfrentados durante a sua ampla participação associativa em âmbito nacional, destaca as adversidades iminentes para a Instituição, fala sobre a sua visão do Ministério Público e como gostaria que fosse reconhecido pela sociedade.

Além disso, a publicação traz uma matéria especial sobre o caso Rafael, crime que chocou a população de Planalto, no ano de 2020, em meio à pandemia, e que, por meio da atuação firme e repleta de doação dos promotores de Justiça Míchele Kufner, Diogo

Taborda e Marcelo Tubino, chegou a uma resolução satisfatória e devolveu o sentimento de paz à comunidade do município.

Nesta edição, temos ainda uma novidade: uma editoria dedicada ao Departamento do Memorial da AMP/RS, espaço voltado à celebração da história da Associação, do Ministério Público e das pessoas que construíram e constroem diuturnamente a Instituição. Em sua primeira publicação, as homenagens se voltam a Sérgio da Costa Franco, historiador, escritor e procurador de Justiça jubilado que faleceu em outubro de 2022, aos 94 anos, deixando um enorme legado em todas as áreas em que atuou.

Ao final, além dos tradicionais artigos do procurador de Justiça jubilado e diretor da Revista Réplica, Mário Cavalheiro Lisbôa, e do promotor de Justiça jubilado Cláudio Brito, integrante do Comitê Editorial, colocamos em destaque os principais movimentos associativos realizados nos últimos seis meses, registros das nossas celebrações e dos eventos culturais.

Espero que esta edição lhes proporcione um momento agradável e que os conteúdos consigam traduzir o nosso desejo durante a curadoria dos temas e produção: enaltecer o trabalho dos colegas, promover a integração entre os associados e, principalmente, incorporar todas e todos no debate associativo.

Boa leitura!

João Ricardo Santos Tavares
Presidente da Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul (AMP/RS)

Compromisso renovado

Com um trabalho coletivo e marcado pela inovação, Diretoria Executiva liderada pelo promotor de Justiça João Ricardo Santos Tavares é eleita para a gestão 2022-2024 com 94% dos votos e reafirma o projeto de manutenção da independência funcional, de fortalecimento da imagem institucional e do sentimento de pertencimento da classe



Diretoria Executiva eleita para comandar a AMP/RS na gestão 2022-2024

Ópera Produtora/Divulgação

Pautada pela cooperação, pela busca da independência institucional, pela inovação e pelo fortalecimento da visibilidade da classe e do sentimento de unidade, a gestão de João Ricardo Santos Tavares se consolidou para mais dois anos à frente da AMP/RS. Reeleito como presidente para o mandato 2022-2024 com a expressiva marca de 94% dos votos, o promotor de Justiça foi reconduzido ao cargo no dia 15 de dezembro de 2022, ao lado de sua Diretoria Executiva, em uma cerimônia realizada no auditório Mondercil Paulo de Moraes, na sede do Ministério Público Estadual. “Estar aqui, prestes a completar 30 anos como promotor de Justiça, pela segunda vez guindado ao honroso cargo de presidente da AMP/RS, em duas eleições, concorrendo em chapa única, no único pleito na instituição em que vota a totalidade de

seus membros, ativos e jubilados, é uma honra e um orgulho sem par”, disse o 29º presidente da história da Associação, em discurso, durante a cerimônia de posse.

A Diretoria Executiva é formada também por Fernando Andrade Alves (vice-presidente Administrativo e Financeiro), André de Azevedo Coelho (vice-presidente de Núcleos), Henrique Rech Neto (vice-presidente de Valorização Funcional), Karine Camargo Teixeira (vice-presidente de Relações Institucionais), Márcia Regina Nunes Villanova (vice-presidente de Mobilização Social e Relacionamento) e Guacira Almeida Martins (vice-presidente de Jubilados). Em contato com a Revista Réplica, os integrantes da gestão 2022-2024 falaram sobre os desafios e a responsabilidade de liderar a Associação (ver página 6).

Novos objetivos

Em seu segundo mandato à frente da entidade, o presidente João Ricardo Santos Tavares defende o fomento da participação associativa por meio da transparência e do compartilhamento das diretrizes estabelecidas. “Obtivemos importantes conquistas no mandato anterior e temos que celebrá-las. Entretanto, não podemos esquecer que, seguramente, novos desafios serão impostos e o tempo de mandato é limitado. Por isso, é importante reafirmar novos objetivos a fim de direcionar corretamente todas as nossas articulações para apresentar bons resultados aos associados”, destaca.



Solenidade de posse da Diretoria Executiva para a gestão 2022-2024, realizada no auditório Mondercil Paulo de Moraes, na sede do Ministério Público gaúcho

Metas para a gestão 2022-2024

Atuação junto à Administração Superior

- ✓ Implementação dos pleitos pendentes
- ✓ Implementação das conclusões dos estudos sobre a carreira do Ministério Público
- ✓ Implementação da parcela de irredutibilidade
- ✓ Preenchimento dos cargos vagos

Atuação junto aos colegas

- ✓ Intensificar as reuniões de Núcleos
- ✓ Intensificar reuniões de Jubilados e Pensionistas
- ✓ Fomentar o sentimento de unidade da classe
- ✓ Intensificar o estímulo à participação dos associados nos eventos e atividades culturais da AMP/RS

Atuação junto às Instituições e aos Poderes

- ✓ Aprimorar a visibilidade da AMP/RS junto à sociedade
- ✓ Fortalecer o diálogo junto ao Poder Legislativo
- ✓ Apoiar a Administração Superior na construção de orçamento compatível com a nova realidade da Instituição
- ✓ Acompanhar de forma permanente as reuniões dos órgãos colegiados estaduais e nacionais

Gestão pautada pela cooperação

Membros da Diretoria Executiva falam sobre o sentimento de gratidão pela eleição, a responsabilidade de representar a classe e sua visão de trabalho para o mandato.



João Ricardo Santos Tavares
Presidente

Ópera Produtora/Divulgação

"Ser reeleito para dirigir a AMP/RS por mais um biênio, novamente concorrendo em chapa única, é como uma homenagem da classe ao trabalho que vem sendo construído pela Diretoria Executiva à frente da Associação. Ao mesmo tempo, é uma tarefa carregada de responsabilidade, pois sabemos que os desafios do Ministério Público nestes próximos dois anos serão imensos e se somam a demandas e anseios da classe. Isso implica muito trabalho e, conseqüentemente, muita dedicação de nossa parte".

NOSSA ASSOCIAÇÃO



Fernando Andrade Alves
Vice-presidente Administrativo e Financeiro

Ópera Produtora/Divulgação

“Com sentimento de enorme responsabilidade, recebemos da classe a tarefa de representá-la diante do que esperamos enfrentar neste período, tanto no âmbito estadual como no federal. O foco da nossa atuação será o fortalecimento contínuo da Instituição e o aperfeiçoamento da carreira do Ministério Público, com especial atenção às questões previdenciárias. No âmbito da entidade, primaremos por uma gestão responsável dos nossos recursos materiais e humanos, dando sequência à manutenção e modernização de nossas estruturas sociais”.



André de Azevedo
Vice-presidente de Núcleos

Ópera Produtora/Divulgação

“A recondução da chapa trouxe muita alegria para todos nós, mas, acima de tudo, foi recebida com uma responsabilidade ainda maior. Sei que falo em nome de todos os membros da Diretoria Executiva quando digo que estamos à disposição, a qualquer horário, a qualquer momento e para qualquer assunto. Garanto que, se for da alçada da AMP/RS, contarão com todo o nosso empenho na busca da solução. Com relação a minha pasta, vamos buscar uma aproximação ainda maior com os associados do interior do Estado, mais próximos dos Núcleos em um diálogo constante e de acordo com as necessidades de cada região. O foco é fazer com que a Associação esteja presente e que os associados se sintam cada vez mais pertencentes ao todo. Esta é a ideia: dar continuidade ao trabalho que vem sendo desenvolvido”.



Henrique Rech Neto
Vice-presidente de Valorização Funcional

Ópera Produtora/Divulgação

“Primeiramente, gostaria de agradecer aos meus pares pela oportunidade de novamente representá-los como vice-presidente de Valorização Funcional. Na condução da pasta, além de nos mantermos atentos aos constantes ataques à Instituição, buscaremos o aprimoramento de diretrizes que priorizem o resguardo da pessoa do promotor de Justiça e o pleno gozo de suas prerrogativas, durante o exercício de suas funções perante a sociedade”.



Karine Camargo Teixeira
Vice-presidente de Relações Institucionais

Ópera Produtora/Divulgação

“Ingresso na Diretoria Executiva da nossa AMP/RS com muito entusiasmo e gratidão, buscando promover a união e a integração entre os colegas, amigos e associados, bem como o constante diálogo com a Administração do MP/RS e com outras Instituições. Tenho convicção de que trabalharemos juntos e com afinco para seguir estreitando laços e avançando na valorização pessoal e remuneratória de cada associado e associada”.



Márcia Villanova
Vice-presidente de Mobilização Social e Relacionamento

Ópera Produtora/Divulgação

“Sinto-me lisonjeada por ter sido escolhida para exercer esta importante função. Vejo na pasta uma grande oportunidade de promover um trabalho que contemple os interesses da Instituição e dos associados, alçando o Ministério Público e a AMP/RS ao reconhecimento pelo seu trabalho junto às instituições em prol do cidadão. Sinto que podemos contribuir muito neste sentido”.



Guacira Almeida Martins
Vice-presidente de Jubilados

Ópera Produtora/Divulgação

“Integrar a diretoria da Associação é um desafio e uma honra. Nós, aposentados, precisamos estar unidos e fortalecidos. Importante lembrar que todos alcançarão essa categoria, então, mitigar direitos ou priorizar apenas colegas da ativa não é uma boa escolha. Queremos contar com o apoio de todos para que sigamos com nossas conquistas e reconhecimento. Este ano, além dos interesses econômicos, também queremos oportunizar momentos de descontração e divertimento”.

Conselho de Representantes



Miguel Bandeira Pereira
Presidente do Conselho



Carlos Eduardo Vieira da Cunha
Conselheiro titular



Frederico Carlos Lang
Conselheiro titular



Lisiane Villagrande Verissimo da Fonseca
Conselheira titular



Victor Hugo Palmeiro de Azevedo Neto
Conselheiro titular



Daniela Fistarol
Conselheira suplente



Fernando César Sgarbossa
Conselheiro suplente



Maristela Schneider
Conselheira suplente

“Ainda há uma falta de compreensão sobre o que é o Ministério Público”

Em seu segundo mandato como presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP), Manoel Murrieta fala sobre o momento da Instituição e os desafios que se impõe aos seus membros



Manoel Murrieta, presidente da CONAMP

CONAMP/Divulgação

Em seu segundo mandato na Presidência da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP), o promotor de Justiça paraense Manoel Victor Sereni Murrieta e Tavares já viveu muitos enfrentamentos no âmbito federal em prol da manutenção da autonomia e da independência dos promotores, promotoras, procuradores e procuradoras de Justiça de todo o Brasil. É com a experiência de quem já foi presidente da Associação

do Ministério Público do Estado do Pará por dois mandatos (2014-2016 e 2016-2018) e de quem, antes de chegar à presidência da CONAMP, atuou em diversos cargos, entre eles o de vice-presidente da entidade, que Murrieta lidera a Associação em um momento único da sua história, em que suas prerrogativas do MP são rediscutidas e, por vezes, questionadas. Nesta entrevista exclusiva à Revista Réplique, Murrieta aborda essas e outras questões.

Considerando sua larga experiência na CONAMP, quais foram, na sua visão, as grandes dificuldades enfrentadas pelo Ministério Público nos últimos anos?

A primeira, sem sombra de dúvida, foi conseguir se comunicar com as outras instituições, especialmente com a classe política, e apresentar o verdadeiro papel do MP. A segunda foi enfrentar a falta de conhecimento sobre a nossa instituição e desfazer mágoas pessoais e equívocos de interpretação, demonstrando que somos uma instituição imparcial, sólida e que deseja, simplesmente, defender o interesse público e promover o bem-estar social.

E quais os grandes desafios iminentes à Instituição?

A manutenção de algumas de nossas atribuições que são cobiçadas por outros agentes políticos. Já conseguimos superar alguns debates, como uma nova formatação do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e os impactos negativos na independência do MP. Precisamos continuar com o mesmo arsenal de ferramentas que temos desde 1988, utilizando-as de uma forma mais moderna, mais sensata, mas sem renunciar a nossa capacidade de atuação.

Muito se fala que o combate à corrupção sofreu duros revezes nos últimos anos. Como o senhor vê a situação dos instrumentos à disposição do Ministério Público e a própria atuação da Instituição que, frequentemente, tem sido contestada nas decisões judiciais no âmbito da operação Lava Jato?

Não há dúvida que a operação Lava Jato foi um marco na história do país. Os acertos grandiosos devem ser exaltados e potencializados. Mas, a operação trouxe, sim, um outro momento de debate e de reflexão sobre alguns instrumentos de atuação do Ministério Público brasileiro. Injustos ou não, nós vivemos esse fenômeno pós Lava Jato, de questionamento de algumas de nossas ferramentas. É muito bom hoje eu poder responder a

toda classe que essas ferramentas não foram mudadas de uma maneira tão grave ao ponto de inviabilizar nossa atuação. O diálogo é a demonstração do verdadeiro papel da CONAMP e o único caminho de evitar esses equívocos. Realmente, o sistema de proteção e de controle no combate à corrupção passou a ser questionado depois da Lava Jato, mas não há efetivamente nada que nos impeça de continuar realizando esse trabalho com afinco, idoneidade, maturidade, transparência e, sobretudo, com profissionalismo.

Como o senhor gostaria que o Ministério Público fosse, efetivamente, visto pela sociedade?

“Gostaria que o MP fosse visto como ele realmente é: sem chavões, sem equívocos de imagem, sem símbolos, sem rótulos. Gostaria que a Instituição tivesse sua identidade revelada ao povo brasileiro de acordo com a sua real capacidade de atuação em defesa da sociedade.”

Manoel Murrieta
Presidente da CONAMP

Gostaria que o MP fosse visto como ele realmente é: sem chavões, sem equívocos de imagem, sem símbolos, sem rótulos. Gostaria que a Instituição tivesse sua identidade revelada ao povo brasileiro de acordo com a sua real capacidade de atuação em defesa da sociedade. Há, ainda, uma falta de compreensão sobre o que é o MP. O nosso esforço é diário para que essa incompreensão seja afastada. O mais importante é buscar a certeza de que qualquer cidadão vê o Ministério Público como uma instituição forte, séria e sólida.

Mesmo dentro da classe, não há uma compreensão nítida do papel da CONAMP na defesa do Ministério Público brasileiro. Como o senhor encara isso?

Com muita tranquilidade. Esse é um fenômeno natural em razão do distanciamento da base com a rotina do dia a dia na CONAMP. Nosso trabalho é hercúleo e todos aqueles que vivem a rotina do trabalho da CONAMP se impressionam com o gigantismo e a importância da instituição na defesa do MP. Temos a certeza de que aqueles que se dispõem a entender o trabalho da CONAMP ficarão surpresos com a sua importância e com a sua envergadura. Agora, é um fato que precisamos cada vez mais informar os associados do nosso dia a dia. ■

Comoção em Planalto

Conheça os bastidores do trabalho desenvolvido pelos promotores de Justiça Michele Dumke Kufner, Diogo Taborda e Marcelo Tubino durante o Caso Rafael Winkes, que comoveu a cidade de Planalto, no norte do Estado

Após a leitura da sentença, os promotores de Justiça Michele Dumke Kufner, Diogo Taborda e Marcelo Tubino foram abraçados pela comunidade em frente ao Fórum de Planalto

Marcelo Kervalt/MPRS

Em frente ao Fórum de Planalto, a comunidade da cidade aguardava, no final da noite de 18 de janeiro de 2023, o encerramento do julgamento do caso Rafael Winkes. A morte do menino de 11 anos chocou o município em maio de 2020 e, desde então, vinha mobilizando a comunidade em busca de justiça. Após três dias de Tribunal do Júri, com uma acusação conduzida pelos promotores Michele Dumke Kufner, Diogo Taborda e Marcelo Tubino, junto ao assistente de acusação, o advogado Daniel Tonetto, a resposta à comunidade veio após a leitura da sentença feita pela juíza Marilene Campagna. Os jurados acolheram a tese do Ministério Público e consideraram culpada a mãe do

menino, Alexandra Salete Dougokenski, que recebeu pena de 30 anos e dois meses de reclusão. Na saída do Fórum, com abraços e saudações calorosas, os promotores e o advogado foram saudados pela comunidade.

O caso

No dia 15 de maio de 2020, Alexandra Salete Dougokenski comunicou ao Conselho Tutelar de Planalto o desaparecimento do seu filho de 11 anos. Incomum para o município de 10 mil habitantes localizado no norte do Rio Grande do Sul, a queixa gerou comoção. Cerca de uma semana após o registro do

desaparecimento, a mãe apresentou à polícia uma primeira versão da história. A partir daí, Alexandra apresentou mais quatro narrativas na tentativa de acobertar o crime.

Virada de chave

Imersa no caso desde o primeiro momento, a promotora Michele Dumke Kufner relembra a angústia de quando teve conhecimento do então desaparecimento de Rafael. “Fui conversar com a mãe que, até aquele momento, estava com o filho desaparecido. Fiquei por mais de uma hora. No final de semana, choveu e fazia muito frio e eu passei trabalhando, com longas noites insones principalmente em razão da preocupação de existir uma criança desaparecida, tentando juntar as peças de um quebra-cabeças muito difícil”, relembra.

Na semana seguinte, quando voltou à cidade para novas diligências, Michele recebeu a informação de que o corpo havia sido encontrado e, imediatamente, deslocou-se até o local. “Vi o momento em que o corpo foi retirado da caixa e em que foi verificado que a criança tinha uma corda no pescoço. Ouvi a comoção e a revolta popular. Naquele momento, prometi ao Rafael que o Ministério Público buscaria a Justiça que ele merecia”, conta.

No dia seguinte, concomitantemente aos trabalhos de buscas acompanhados por Michele, o Núcleo de Inteligência do Ministério Público encabeçava a quebra de sigilo de dados telefônicos e das redes sociais de Alexandra. Naquele momento, relembra, houve a virada de chave onde tudo passou a fazer sentido, pois, quando o corpo foi encontrado, Alexandra passou a alegar ter matado o filho acidentalmente. “Depois da remoção do corpo do Rafael, voltei para casa, fui até o quarto do meu filho. Fiquei horas sentada na cama, olhando para ele e imaginando o grau de maldade e de frieza da pessoa que mata uma criança totalmente indefesa e desprotegida, dormindo, inocentemente, no seu ninho”, emociona-se Kufner.

Denúncia

“A mente do criminoso é diferente da nossa. Os padrões, os freios morais, as balizas de comportamento, tudo isso é diferente, e não podemos entender o crime a partir do nosso olhar, mas apenas a partir do olhar dele. Então procuramos construir dentro do processo o olhar da Alexandra, o porquê de ela ter praticado o crime a partir de traços da sua personalidade”, destaca Michele. A partir desse entendimento, em julho, o Ministério Público protocolou

denúncia junto ao Poder Judiciário contra Alexandra Salete Dougokenski por homicídio doloso quadruplicamente qualificado, ocultação de cadáver, falsidade ideológica e fraude processual. As qualificadoras são motivo torpe, motivo fútil, asfixia e dissimulação e recurso que dificultou a defesa da vítima. Na denúncia, a promotora sustentou que a denunciada vinha se sentindo paulatinamente incomodada com a desobediência do filho, que, segundo ela, passava horas em jogos online. Esse comportamento do caçula poderia afetar a sua relação com o filho mais velho, que recebia uma pensão que era tida como o sustento da família. Ainda de acordo com a denúncia, foi este contexto que levou Alexandra a articular a morte de Rafael.

Crimes

Conforme a denúncia do Ministério Público, na noite de 14 de maio de 2020, Alexandra deu a Rafael dois comprimidos de diazepam. Assim que o medicamento fez efeito, na madrugada de 15 de maio, ela estrangulou o filho com uma corda. Ao constatar que Rafael estava morto, a denunciada escondeu o corpo do filho em uma residência da vizinhança na tentativa de despistar as suspeitas de sua autoria, configurando a ocultação de cadáver.

Nos dias seguintes, em seus depoimentos à polícia, a mãe contou que, ao acordar, percebeu que Rafael não estava em casa e que, junto dele, tinham sumido duzentos reais em espécie. Com isso, o Ministério Público também imputou à Alexandra o crime de falsidade ideológica, com o agravante de assegurar a impunidade do crime de homicídio, por inserir declaração falsa em documento público. A fraude processual, outro crime pelo qual foi denunciada, se deu por ter comunicado à polícia que havia encontrado um calendário com uma marcação no último dia em que Rafael teria sido visto com vida. Para a promotora, Alexandra quis reforçar a falsa versão do desaparecimento, ludibriar a polícia, produzir efeito em processo criminal e afastar eventuais suspeitas que pudessem recair sobre si.

Dever cumprido

Recebidos com forte emoção pelos moradores de Planalto, os promotores de Justiça Diogo Taborda, Marcelo Tubino e Michele Dumke Kufner celebraram o resultado do júri. “Essa condenação representa uma vitória para a sociedade de Planalto, que sempre se manteve incansável



Durante os três dias de Júri, os promotores de Justiça Michele Dumke Kufner, Diogo Taborda e Marcelo Tubino, junto ao assistente à acusação, o advogado Daniel Tonetto, sustentaram a tese do Ministério Público pela condenação da ré pelos crimes de homicídio qualificado, ocultação de cadáver, falsidade ideológica e fraude processual”

Marcelo Kervalt/MPRS

desde quando se tratava como um caso de desaparecimento. Conseguimos que a Justiça fosse concretizada, que a paz social retornasse e que uma ré má fosse punida severamente. Agora o Rafael descansa e a sociedade fica em paz”, afirmou a promotora.

Presente desde as primeiras reuniões de trabalho e nas visitas ao local da ocultação do cadáver, o coordenador do Núcleo de Inteligência do Ministério Público, Marcelo Tubino, celebrou o encerramento de um caso que aguardava uma resolução desde 2020. “Foi um caso que exigiu enorme esforço dos órgãos de persecução. A conduta processual da defesa e por vezes algumas decisões judiciais descompassaram o andar do feito. Mas a dedicação e entusiasmo na certeza de estar fazendo o certo sempre nos deram força. E na saída recebemos o abraço da comunidade, calor humano que jamais esqueerei. Rafael descansou. Devolvemos dignidade a ele. Trouxemos paz àquela comunidade que tanto aguardava Justiça”, destacou.

Para Diogo Taborda, a recepção da comunidade simbolizou o anseio da sociedade pelo desfecho do caso. “Foi uma satisfação imensa ver o quanto a população estava empenhada em participar do julgamento. O Ministério Público cumpriu sua missão de fazer justiça neste caso absurdo. A recepção da comunidade abraçando o Ministério Público foi a maior recompensa que se poderia ter para uma situação dessas”, emocionou-se.

Recurso para aumento de pena

O MPRS em Planalto ingressou com recurso, em fevereiro de 2023, solicitando ao Tribunal de Justiça do Estado o aumento da pena de Alexandra Dougokenski. Segundo o promotor Diogo Taborda, “a atuação do Ministério Público não cessa no Tribunal do Júri, pois vai muito além, sempre na defesa da vida e dos direitos fundamentais das vítimas e da sociedade”. Até o fechamento desta edição, o recurso ainda não havia sido analisado. ■

Um novo olhar para as vítimas

Conheça o Projeto Nêmesis e outras iniciativas do Ministério Público que buscam o acolhimento das vítimas de crimes



A promotora Alessandra da Cunha apresenta o projeto Nêmesis em Reunião da CONAMP, em Brasília

Reprodução/CONAMP

O Brasil figura entre os países com os mais altos índices de crimes violentos no mundo. Segundo as Nações Unidas, em 2013, o país ocupava a 16ª posição neste quesito. No Rio Grande do Sul, conforme o Atlas da Violência, foram 2.184 homicídios registrados em 2019. Os números relacionados à violência no País exigem um grande esforço de repressão. Entretanto, ainda que o Direito Penal seja a maior ferramenta para combater a criminalidade, buscando a condenação dos responsáveis pela prática dos delitos, a figura da vítima, muitas vezes, fica em segundo plano nos processos, sendo vista somente como um meio de prova.

Nos últimos anos, as instituições brasileiras têm tentado mudar este panorama por meio de um novo olhar para a figura que teve seus direitos violados. No Ministério Público gaúcho, um projeto lançado no final de 2022 tem dado seus primeiros passos na tentativa de humanizar e acompanhar as vítimas ao longo do processo penal. Com nome de deusa grega, o Projeto Nêmesis – Programa de Acolhimento e Proteção às Vítimas, mesmo com curto período de existência, já tem demonstrado ser uma alternativa para a realidade brasileira, vindo na esteira de uma nova visão do Ministério Público no acolhimento às vítimas, fazendo com que elas passem a ser ouvidas e cuidadas.

Nasce o Projeto Nêmesis

A promotora de Justiça Alessandra Moura Bastian da Cunha ainda trabalhava como promotora-corregedora em Porto Alegre quando percebeu que o processo de atendimento às vítimas poderia ser intensificado. Naquele momento, existia um projeto piloto que previa o acolhimento de vítimas, mas ainda havia lacunas a serem preenchidas. Ao ser vítima de um crime, a pessoa não recebia uma orientação ou acompanhamento psicológico logo após o delito. Isso ocorria somente quando, com o decorrer do processo, era necessário explicar algum trâmite processual ou esclarecer algum direito. “A pessoa era vítima de um roubo, por exemplo, e saía da delegacia depois de horas de um flagrante sem saber como fazer para recuperar o carro, se o acusado tinha ficado preso ou se ele tinha acesso ao endereço dela”, relembra a promotora. A falta de informações, por vezes, acabava afastando a vítima que, após prestar depoimento à Polícia Civil, só seria ouvida novamente em audiência – quando ocorria o prosseguimento judicial. Em muitos casos, esse desconhecimento resultava no não comparecimento da vítima nas demais etapas do processo.

Em 2022, o MP gaúcho propôs que o projeto piloto fosse estendido para as promotorias finais e Alessandra recebeu o convite para executá-lo na Promotoria Criminal de Caxias do Sul. Ela aceitou o convite e fez algumas sugestões de aprimoramento, a fim de tornar o atendimento à vítima mais célere e efetivo. “Toda a minha vivência em quase 25 anos de atuação com a área criminal me fez pensar que desejava muito aceitar o projeto, mas de uma forma diversa, onde houvesse um lapso menor entre o fato e a orientação da vítima”, explica.

Ao começar a organizar a proposta, pensou no atendimento pós-flagrante, para que a vítima já sáisse da delegacia com a opção de ter alguma referência, por meio do encaminhamento a um promotor de Justiça que a orientasse. A ideia parecia simples, entretanto, ao pesquisar projetos registrados no Conselho Nacional do Ministério Público, descobriu que não havia nenhuma iniciativa voltada às vítimas de pós-flagrante no País.

“Quem roubou tem um espaço, na audiência de custódia, para dizer como foi sua prisão e se seus direitos foram garantidos. Essa pessoa vai ser orientada por um advogado, vai ter um promotor e um juiz que lhe ouçam. Mas quem não escolheu estar ali, a vítima, não tem nenhum tipo de orientação. É justo isso?”, questiona Alessandra. A busca por esse equilíbrio quebrado pela prática delitiva e ausente nos trâmites processuais que não privilegiam a vítima serviu como inspiração para o nome do projeto – Nêmesis, conhecida por muitos como a deusa da vingança, mas que, na interpretação da mitologia grega, tem a nobre missão de restabelecer o equilíbrio quebrado.

O projeto estruturou-se, portanto, para garantir o amparo das vítimas desde o momento do flagrante – somente nestes casos – até a audiência final, com acesso ao serviço de orientação. No momento da audiência, a vítima tem direito a uma sala de espera reservada no Fórum, o que evita o contato com o acusado do crime. Nesta sala, também há o acompanhamento de estudantes de Psicologia.



Sala de espera localizada no segundo andar do Fórum de Caxias do Sul
Reprodução/MPRS

“É um projeto simples. Claro, depende da parceria da Polícia Civil, que eu tive desde o início em Caxias do Sul, porque eles precisam me municiar com os dados dessas pessoas que foram vítimas de crime. Mas, além disso, só precisa ter um promotor que se disponha a atender, que no caso é o que eu estou fazendo. Na semana seguinte ao flagrante, eu já deixo dias pré-determinados para o atendimento de vítimas, tanto presencial como online”, conta Alessandra.

Em agosto de 2022, o projeto já estava com formato preliminar. Além da Polícia Civil, foi necessário firmar parcerias com outros órgãos. Para garantir a sala reservada no Fórum de Caxias, Alessandra contactou a diretora, juíza Joseline Mirele de Vargas, que prontamente entrou no projeto, disponibilizando um espaço no segundo andar do prédio. “É muito importante ter esse local em que possibilita a vítima ser ouvida, tirar suas dúvidas e também de ter espaço próprio para aguardar a audiência no fórum, não correndo o risco de ter que esperar pelo ato no mesmo local em que estiver o réu e seus familiares ou testemunhas, evitando um novo constrangimento”, analisa a juíza Joseline.

Além da sala do Nêmesis, foi preciso alinhar com os juízes criminais da comarca a padronização das intimações das vítimas. Agora, os documentos solicitam a chegada ao Fórum com antecedência, o que ajuda a minimizar a chance do contato entre as partes no lado de fora ou na entrada do prédio. Servidores do Fórum também foram treinados para receberem as vítimas e as acompanharem até a sala de espera. “Essa é uma realidade que eu vivenciei como promotora criminal por muitos anos em São

Leopoldo, as pessoas já chegavam acuadas porque passavam pelo réu. Quando os réus estavam soltos, elas aguardavam do lado. Às vezes, um encontro no corredor já intimida e desestrutura quem vai depor, a pessoa revive aquilo”, observa a promotora Alessandra.

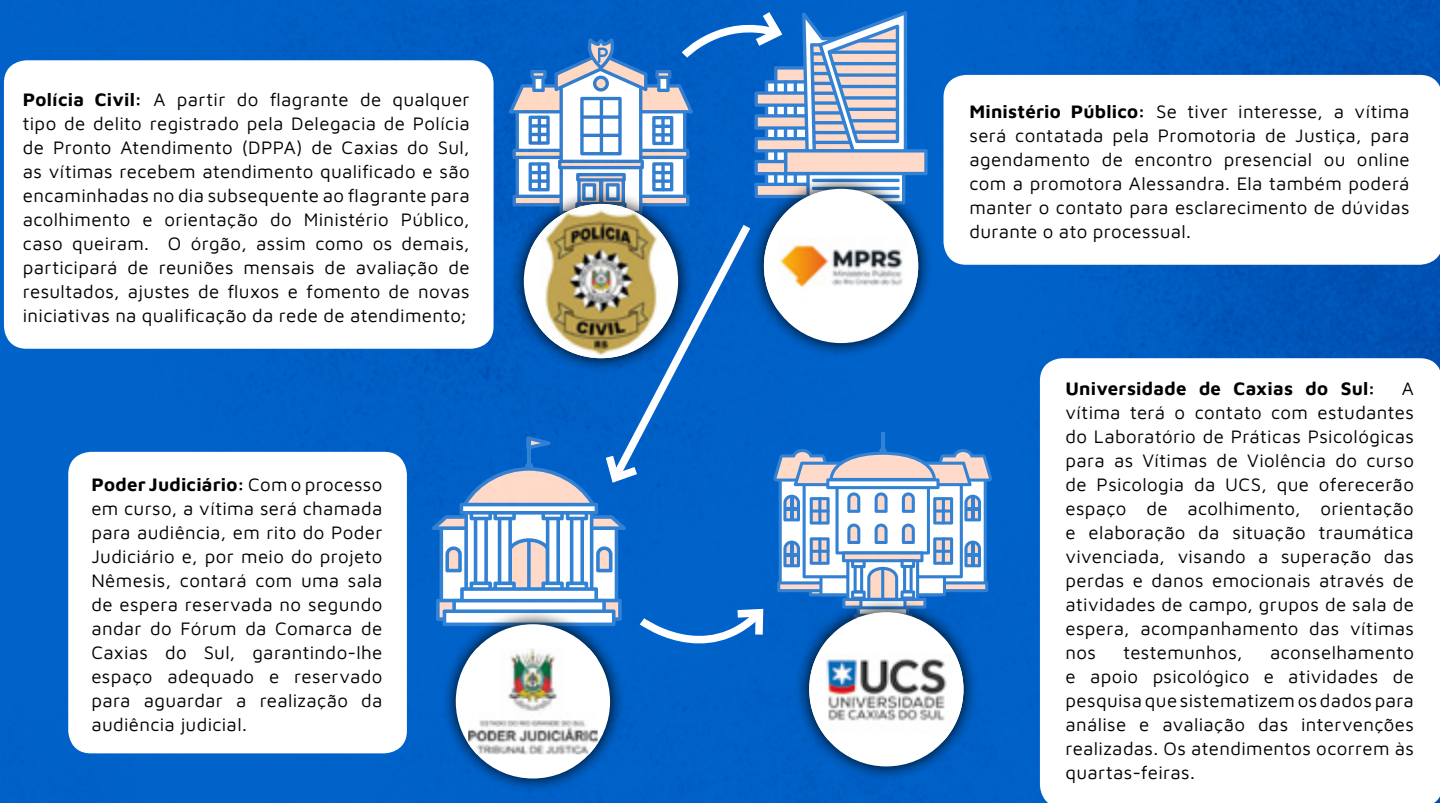
Complementando o time de atores do projeto, a Universidade de Caxias do Sul (UCS) se integra por meio de uma disciplina de práticas interventivas do curso de Psicologia. Embasada na experiência de atendimento às mulheres que vivenciam violência doméstica e em outros atendimentos já realizados na Delegacia de Polícia, a professora Raquel Conte trouxe a disciplina para o contexto do MP. Com o início do semestre letivo, em março deste ano, a disciplina teve suas oito vagas preenchidas. Realizada nas quartas-feiras, as alunas se revezam entre o acompanhamento do atendimento presencial às vítimas pós-flagrante na promotoria, o acolhimento na sala do Fórum, a condução de um Grupo de Apoio que será criado e na coleta de dados pré-atendimento.

“O atendimento psicológico visa contribuir para a minimização do sofrimento psíquico das vítimas de violências tanto na esfera familiar, como na social e institucional. O objetivo é oferecer um espaço de escuta qualificado para que as vítimas possam se sentir acolhidas e auxiliadas a superarem suas perdas e danos”, explica a professora Raquel Conte.



Alunas da UCS participam da primeira reunião na sala do projeto, no Fórum de Caxias

Reprodução/MPRS





Da esquerda para direita a juíza diretora do Foro de Caxias do Sul, Joseline Mirele Pinson de Vargas, o secretário de Segurança Pública do Município de Caxias do Sul, Paulo Roberto Rosa da Silva, o coordenador do Núcleo de Promoção dos Direitos das Vítimas do MPRS, Felipe Teixeira Neto, a promotora de Justiça Alessandra Moura Bastian da Cunha, a professora da UCS Raquel Furtado Conte, e o delegado Regional de Polícia, Augusto Cavalheiro Neto

Bandeira institucional

Lançado oficialmente no dia 6 de dezembro de 2022, o projeto Nêmesis marca mais um movimento do Ministério Público do Rio Grande do Sul que, na esteira das demais instituições, tem voltado o seu olhar para as vítimas dos crimes, atuando não somente em ações repressivas, mas também preocupado com a prevenção e reparação por meio de políticas públicas que visem à defesa dos seus direitos. No Rio Grande do Sul, a Instituição tem buscado fomentar políticas neste sentido. “A sociedade deve compreender que o papel do Ministério Público na esfera criminal vai além da titularidade da promoção da ação penal pública. Abrange a percepção da vítima como sujeito de direitos. A vítima precisa ter um espaço de fala maior que vai além da produção da prova e para isso também precisamos buscar uma resposta estatal mais célere”, afirma o procurador-geral de Justiça, Marcelo Lemos Dornelles.

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), inclusive, por meio da Resolução 243, de 18 de outubro de 2021, instituiu a Política Institucional de Proteção Integral e de Promoção de Direitos e de Apoio às Vítimas, a qual tem balizado a atuação dos ramos do MP, com objetivo de assegurar os direitos fundamentais das vítimas de infrações penais, atos infracionais, desastres naturais, calamidades públicas e graves violações de direitos humanos. A resolução também aponta para o papel do Ministério Público na implementação de Núcleos ou Centros de Apoio às Vítimas levando em consideração a gravidade, a magnitude e as características do fato vitimizante, e a consequente violação de direitos.

“É fundamental destacar que as vítimas de crimes e seus familiares desejam não apenas a responsabilização do autor do

crime. Muitas vezes o que mais desejam é um espaço onde sejam ouvidas e possam se sentir protegidas; por vezes, o que necessitam é de um auxílio psicológico e assistencial”, observa o PGJ.

Neste sentido, o líder do MP defende que a instituição deve aperfeiçoar o atendimento nos casos que envolvem violência contra a pessoa, sobretudo as mais vulneráveis, como crianças, adolescentes e mulheres. Para ele, é preciso que haja articulação com as mais diversas instituições públicas e a sociedade civil, para que atuem no cuidado de vítimas e de seus familiares. “As instituições precisam evoluir. Precisamos buscar mecanismos que, sem deixar de lado a repressão, protejam às vítimas de maneira mais efetiva, inclusive por intermédio de instrumentos de autocomposição capazes de garantir ao menos a reparação de danos aos ofendidos, ofertando uma resposta global ao delito”, complementa.

Para o presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP), Manoel Murrieta, o papel do MP brasileiro na defesa das vítimas é fundamental porque coincide com a própria origem da Instituição. “Toda a trajetória do Ministério Público brasileiro e de outros países está diretamente ligada ao combate e persecução de condutas criminosas e, em segundo ponto, ao resgate da dignidade das vítimas em razão do fenômeno criminoso. Lógico, existem diversas atribuições, mas nossa origem está umbilicalmente ligada a este fato”, analisa.

No Congresso Nacional, o tema está em debate na proposta de criação do Estatuto da Vítima (PL 3890/20), do deputado Rui Falcão (PT-SP). Entre os pontos abordados no projeto de lei estão o direito a comunicação, de apoio, de assistência e de tratamento profissional desde o primeiro contato com os profissionais públicos, inclusive os que exercem funções essenciais de acesso à Justiça.

Outras iniciativas

A criação do projeto Nêmesis integra as ações do Núcleo de Promoção dos Direitos das Vítimas do Ministério Público do Rio Grande do Sul (Nuvit), lançado em junho de 2022 em consonância com a Resolução 243/21 do CNMP. O Núcleo se tornou responsável pelo planejamento e pela implantação da política institucional de promoção dos direitos das vítimas, com o objetivo de articular a formação de redes interinstitucionais e intersetoriais para promover e assegurar os direitos das vítimas no Estado e a atuação integrada do Sistema de Justiça.

Por meio de equipes especializadas e multidisciplinares, o MPRS também criou, em 2021, o GEPEVID – Grupo Especial de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, com o intuito de auxiliar os Promotores de Justiça de todo o Estado na articulação da rede de proteção. A criação do grupo já deu frutos a iniciativas como o Projeto Voz e Vez das Mulheres, de Santo Ângelo, que busca dar protagonismo e autonomia às mulheres que viveram em relacionamentos abusivos, além de desenvolver uma estratégia que mantenha essas vítimas de violência doméstica e familiar vinculadas ao Ministério Público ao longo dos processos.

“O papel do MP na esfera criminal vai além da titularidade da promoção da ação penal pública. Abrange a percepção da vítima como sujeito de direitos.”

Marcelo Lemos Dornelles
Procurador-geral de Justiça

“A ideia é ampliar todos esses projetos para o interior do Estado, embora alguns ainda estejam em desenvolvimento enquanto pilotos, as parcerias são fundamentais. Não podemos mais trabalhar de forma individualizada e buscando o protagonismo. As instituições precisam evoluir e trabalhar de forma cada vez mais integrada”, afirma Dornelles.

Além do interior do Estado, é possível que o Nêmesis seja replicado também pelo Brasil. Ainda durante sua formulação, em 2022, a promotora Alessandra recebeu o convite para apresentar o projeto no XV Congresso Estadual do MPRS, durante a reunião do Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNCGMPEU), no dia 11 de agosto, e, posteriormente, durante a reunião do Conselho Deliberativo

da CONAMP, no dia 26 de outubro, despertando o interesse de colegas de outros estados no projeto e também o convite para, futuramente, apresentar o discurso aos parlamentares no Congresso. “É uma pauta que a gente não percebe o tamanho dela, é uma pauta de legitimação do papel que é do Ministério Público. Não podemos perder o nosso espaço de representação da vítima”, defende Alessandra.

Além da prova

Antes de rodar em sua totalidade, o Projeto Nêmesis revelou curiosidades sobre o perfil atendido em Caxias. A maioria das pessoas que aceitaram o acompanhamento preferiu o fazer de forma online. Além disso, nos primeiros contatos com as vítimas, algumas desconfiavam da veracidade do atendimento, especialmente em casos de Acordos de Não Persecução Penal (ANPP), quando era informada a restituição de algum bem.

Para romper essa distância e tornar o Ministério Público ainda mais presente na vida das vítimas, é preciso fortalecer o papel delas. Além da reparação, a instituição necessita de um olhar mais humanizado, não bastando somente cumprir o seu papel constitucional de representá-las, mas também as enxergando não somente como um meio de prova.

“Por vezes, enquanto promotores de Justiça, não percebemos o quanto a vítima resta impactada pela prática delitiva, não raro apresentando sintomas de estresse pós-traumático que causam efeitos em toda a sua vida, nas suas relações familiares e atuação profissional. Não temos ideia da dimensão que uma prática delitiva pode ter e do potencial de estrago na vida de uma pessoa”, observa a promotora Alessandra, ressaltando que este é um ponto ao qual os promotores e promotoras devem estar sempre atentos. “O Nêmesis busca, justamente, o acolhimento e a orientação da vítima, para que ela se sinta segura no decorrer do processo penal. Isso tem impactos positivos inclusive na qualificação da prova produzida”, ressalta.

Para o procurador-geral de Justiça, a questão das vítimas tem sido a tônica do sistema internacional de justiça criminal, sendo cada vez mais importante rechaçar o papel dela como mera expectadora do processo. “Todos estão se voltando cada vez mais, no modelo contemporâneo, à vítima, oportunizando não só a reparação, mas um tratamento mais humanizado. O desafio compreende focar em uma atuação, sem descurar do modelo de justiça punitivo, em um modelo que resguarde os direitos humanos das vítimas”, aponta Dornelles. Ao humanizar o olhar sobre a vítima, o Ministério Público e as instituições resgatam quem teve o seu direito violado e, como Nêmesis, restauram o equilíbrio e a confiança no sistema jurídico, tantas vezes questionado no País. ■

Sérgio da Costa Franco, um servidor dedicado

Memorial da AMP/RS presta a sua homenagem ao promotor de Justiça que faleceu em outubro de 2022, aos 94 anos, deixando um enorme legado em todas as áreas em que atuou



Primeiro júri de Sérgio da Costa Franco, em Encantado Arquivo pessoal



À esquerda, o primeiro na mesa é o Dr. Pedro Lahude, advogado, pai da procuradora de Justiça Jussara Maria Lahude Arquivo pessoal

por **Maria Ignez Franco Santos**
Procuradora de Justiça

Uma associação de classe é o resultado de obra coletiva. Cada membro traz alguma contribuição, prepara o terreno, planta o alicerce. Outros acrescentam a areia, a água, a argamassa, o tijolo. Quando se percebe, as paredes foram erguidas e estão sólidas. Nada é individual. Tudo representa a soma de esforços.

Sérgio da Costa Franco foi colaborador efetivo da Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul, buscando o aprimoramento dos colegas e da carreira, especialmente na gestão de Euzébio Cardoso da Rocha Vieira.

À época, o Ministério Público era Instituição com número menor de membros, acanhada em espaços, sem sede condigna, intervenção menos alargada, poucas prerrogativas. Havia auxílio mútuo entre a AMPRS e o MP, tanto que inúmeros progressos institucionais partiram de sugestões e lutas travadas pela associação classista, resultando no avanço institucional e constitucional do Ministério Público. Colegas de muita envergadura e horizonte estiveram à frente da Chefia, assessorados por empenhados membros do MP, emprestando sua energia e suor ao engrandecimento institucional.

Atuando durante 20 anos como agente do Ministério Público, Sérgio aposentou-se em 1977, premido pelo anúncio de graves mudanças na lei que regia a aposentadoria. Nos anos que se seguiram, sempre lamentou o afastamento prematuro do MP. Mas não colocou o pijama nem pendurou as chuteiras. No âmbito da história, sua grande paixão, e no do jornalismo de opinião, manifestou-se sobre todos os temas. Sempre defendeu a Instituição, lutou por mudanças, melhorias e afirmação de garantias e prerrogativas.

Era homem de posições firmes. Nunca foi unanimidade. Travou lutas na imprensa escrita e falada. Aplaudido por muitos, desagradou a alguns. Chegou a manifestar-se contrário ao exercício do cargo de Procurador-Geral de Justiça por Promotor de Justiça. Exercendo plena liberdade de manifestação do pensamento, expunha seus pontos de

vista, sem freios, mesmo que desagradasse aos vizinhos de porta. Não se vergava a interesses pessoais ou classistas. Para ele, o bem maior era o interesse público.

Escreveu sempre e muito: 29 livros, 28 participações em obras coletivas, 5.233 crônicas catalogadas, publicadas em Erechim e Porto Alegre, nos jornais Voz da Serra, Correio do Povo e Zero Hora, entre 1969 e 2013, 40 prefácios em obras de terceiros, inúmeros ensaios sobre a historiografia do Estado e de Porto Alegre. A área do Direito não fugiu dos seus escritos. Cita-se tese que apresentou ao Congresso do Ministério Público Paulista, em 1972, aprovada por unanimidade, responsável por sensível modificação no Código de Processo Civil de 1973, nas atribuições do Parquet, ao introduzir o inciso III do art. 82. Também colaborou na Revista do Ministério Público. São de sua autoria texto sobre as "Origens do Ministério Público" e o intitulado "Criminosos e Suspeitos Perante a Junta de Justiça", ambos de relevante valor histórico.

Era simples e austero. Nasceu em Jaguarão, em 12 de agosto de 1928. Foi o sétimo de uma família numerosa de oito filhos. Perdeu o pai aos 6 anos, vítima de homicídio. Bacharelou-se em Geografia e História e na Faculdade de Direito, ambos da UFRGS, em 1948 e 1954, respectivamente. Servidor do IBGE, escriturário concursado do Banco do Brasil, professor esporádico, jornalista provisionado e historiador. Ingressou no Ministério Público em julho de 1957. Atuou em Encantado, Quaraí, Soledade, Erechim e Porto Alegre. Promovido ao cargo de Procurador de Justiça, em 1976, jubizou-se no ano seguinte, em setembro de 1977. Faleceu em 13 de outubro de 2022, na Capital, aos 94 anos.

Recebeu em vida inúmeras distinções.

Acreditava no valor do ser humano e tinha enorme orgulho de pertencer ao Ministério Público, o que transmitiu à filha e à neta, também agentes do MP. Queria ser lembrado como Promotor de Justiça, o que afirmou ao jornalista da Zero Hora, Nilson Souza, numa das últimas entrevistas. ■

SETEMBRO
2022

SEMANAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O segundo semestre de 2022 contou com edições da Semana do Ministério Público em cinco cidades gaúchas. Nos 21 e 22 de setembro, foi realizada a XIV Semana do Litoral Norte, em Torres, com palestras da promotora Carla Frós, da procuradora Denise Villela, do procurador Luiz Calil de Freitas e do desembargador aposentado José Antônio Boschi. De 3 a 5 de outubro, o evento ocorreu pela 38ª vez em Santa Cruz do Sul, com os promotores Marcelo Tubino, João Afonso Beltrame e Felipe Teixeira Neto. Também em outubro, nos dias 19 e 20, a Semana do MP estreou em Vacaria, com a participação do vice-presidente da AMP/RS, André de Azevedo Coelho, e dos promotores Roberto Alvim Junior e Daniel Martini. No dia 27, o evento ocorreu em Taquara, onde palestraram os promotores Charles Emil Martins e Rodrigo Brandalise. Já nos dias 7 e 8 de novembro, encerrando a programação do ano, Passo Fundo recebeu a promotora Lúcia Helena Callegari (foto) e o procurador Luiz Calil de Freitas. Em 2023, as edições da Semana do MP foram abertas em março. Nos dias 28,



Reprodução/UPF

29 e 30, São Borja recebeu o evento pela primeira vez com palestras dos promotores André de Azevedo Coelho, João Afonso Beltrame e Felipe Teixeira Neto.

JANTAR FARROUPILHA



Matheus Closs/Divulgação

No dia 13 de setembro, a AMP/RS realizou o seu tradicional Jantar Farroupilha em alusão ao Dia do Gaúcho. O evento reuniu os associados no Piquete Revolução dos Tauras, no Parque Harmonia, com direito a churrasco e apresentação ao vivo da dupla de música tradicionalista Lucas & Luciano Mello. Com a participação de cerca de oitenta pessoas, o evento marcou a retomada do Jantar no Acampamento Farroupilha, que não acontecia desde 2019 em razão das restrições impostas pela pandemia de Covid-19.

OUTUBRO
2022

NOVA SEDE EM RIO GRANDE



Tiago Coutinho/MPRS

No dia 20 de outubro, o presidente da AMP/RS, João Ricardo Santos Tavares, participou da inauguração da nova sede da Promotoria de Justiça do Rio Grande. Em cerimônia conduzida pelo procurador-geral de Justiça, Marcelo Lemos Dornelles, a solenidade reuniu autoridades do Executivo, Legislativo e Judiciário e membros da comunidade local.

II ENCONTRO DA FACE RS



Reprodução/MPRS

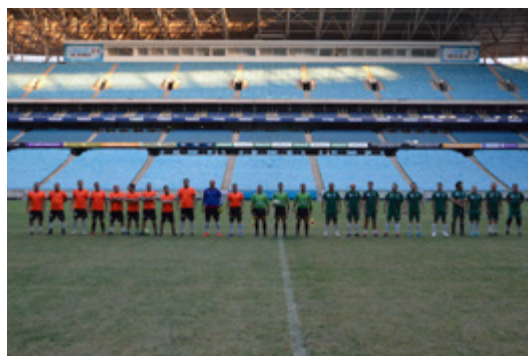
Representando a AMP/RS, o vice-presidente Fernando Andrade Alves, participou, no dia 20 de outubro, do II Encontro da Federação das Associações das Carreiras de Estado do Rio Grande do Sul (FACE-RS). Durante a reunião, realizada no Hotel Serrazul, em Gramado, os dirigentes acompanharam a palestra "Constituição, Carreiras de Estado e Políticas Públicas", do professor dr. Juarez Freitas.

FUTEBOL



Robson Hermes/AMPRS

Os associados da AMP/RS se enfrentaram nas tradicionais partidas de futebol nos estádios da dupla Grenal. No dia 14 de novembro, o Beira-Rio sediou o jogo festivo,



Matheus Closs/AMPRS

enquanto no dia 29 de novembro, foi a vez de a Arena receber os associados. As partidas foram organizadas pelo diretor de Esportes da AMP/RS, Fernando de Araujo Bittencourt.

POSSE NA FMP



Matheus Closs/AMPRS

O presidente da Fundação Escola Superior do Ministério Público (FMP), Fábio Roque Sbardellotto, foi reconduzido para o seu segundo mandato (2022-2025) em cerimônia realizada no dia 16 de novembro. Integram o Conselho de Administração Luciano de Faria Brasil (como vice-presidente), Alexandre Lipp (representante do Corpo Docente), Josiane Camejo (secretária), Gilberto Thums (Diretor da Faculdade) e Silvio Teitelbaum (CEO).

CONEXÃO MULHER



Reprodução/MPRS

O encerramento das atividades do Conexão Mulher em 2022 ocorreu no dia 18 de novembro, em um bate-papo com a consultora de moda do Studio TWF, Tatiana Werle Folle, seguido de jantar servido pela Joy Eventos e Gastronomia e organizado pela vice-presidente de Mobilização Social e Relacionamento, Márcia Villanova.

10º PRÊMIO CNMP



CONAMP/Reprodução

O Ministério Público gaúcho teve destaque durante a entrega da 10ª Edição do Prêmio CNMP, na sede da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU), em Brasília, no dia 30 de novembro. O MPRS conquistou o 2º lugar na categoria Integração e Articulação, com o projeto “Alquimia II”, idealizado pelo vice-presidente da AMP/RS, Fernando Andrade Alves, e pela promotora de Justiça Cristiane Della Méa Corrales, e o 1º e 2º lugares na categoria Transversalidade dos Direitos Fundamentais, com os projetos “Conhecendo o acolhimento social” e “Aprendizando Porto Alegre”, respectivamente, de autoria da promotora de Justiça Cinara Vianna Dutra Braga.

DEZEMBRO
2022**NATAL GIGANTE**

Além de apoiar novamente o “Natal Gigante”, evento realizado anualmente no Estádio Beira-Rio, e que recebe 800 crianças e adolescentes de centros de acolhimento de Porto Alegre e região

Metropolitana, a AMP/RS celebrou sua festa de Natal na sede campestre, no dia 11 de dezembro, com brinquedos infláveis, recreação e atividades aquáticas.

NOVA CORREGEDORA-GERAL

Comunicação/AMPRS

Em sessão solene do Órgão Especial do Colégio de Procuradores, realizada no dia 12 de dezembro, no auditório Mondercil Paulo de Moraes, Eva Margarida Brinques de Carvalho tomou posse como corregedora-geral do Ministério Público gaúcho. Eleita com 115 votos válidos, Eva exercerá o mandato no biênio 2022/2024, sucedendo a Marcelo Liscio Pedrotti. Como subcorregedora-geral do MP, assumiu a procuradora de Justiça Dirce Carvalho Soler. O presidente da AMP/RS, João Ricardo Tavares, prestigiou a solenidade, juntamente com a vice-presidente de Mobilização Social e Relacionamento eleita, Márcia Villanova, e a vice-presidente de Jubilados eleita, Guacira de Almeida Martins.

JANEIRO
2023**ATO PELA DEMOCRACIA**

Robson Hermes/AMPRS

Representantes dos poderes Judiciário, Legislativo e Executivo estaduais e lideranças de entidades de classe gaúchas reuniram-se na Praça da Matriz, em frente ao Palácio da Justiça, no dia 16 de janeiro, para o Ato em Defesa da Democracia. Promovido pela Associação de Juizes do Rio Grande do Sul (AJURIS), o evento teve como objetivo o repúdio aos atos de vandalismo na sede dos Três Poderes, ocorridos em 8 de janeiro em Brasília. A diretoria da AMP/RS esteve presente no evento, que contou com discurso do presidente João Ricardo Santos Tavares (foto).

REVISTA DO MPRS É QUALIS A

No início de janeiro, a Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul foi elevada para a qualificação Qualis A pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). “Além de representar por si só um grande feito, esta

realização se torna ainda maior à medida que se trata de uma revista independente, não vinculada a nenhuma universidade, Programa de Pós-Graduação ou Editora”, destaca o diretor da Revista, Michael Schneider Flach.

FEVEREIRO
2023**CONFRATERNIZAÇÃO DO LITORAL**

Com recorde de público, a Confraternização do Litoral chegou à oitava edição, reunindo mais de 100 associados e familiares, no dia 10 de fevereiro,

no Salão de Festas do Condomínio Malibu, em Xangri-Lá. O evento contou com o apoio da FMP e da Sicredi MP.

ELEVAÇÃO DE ENTRÂNCIAS

Nos dias 27 e 28 de fevereiro, o presidente da AMP/RS, João Ricardo Santos Tavares, acompanhou as votações do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado e do Órgão Especial do Colégio de Procuradores do MPRS sobre o projeto de lei que prevê a elevação de onze comarcas de entrância intermediária para entrância

final. Estão contempladas na proposta as comarcas de Bagé, Canoas, Erechim, Gravataí, Novo Hamburgo, Rio Grande, Santa Cruz do Sul, São Leopoldo, Santo Ângelo, Uruguaiana e Viamão. Aprovada por unanimidade pelos órgãos, a proposta foi enviada para a Assembleia Legislativa.

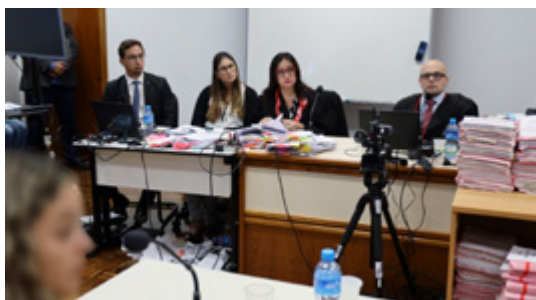
MEDALHA SOPHIA GALANTERNICK

Celebrando o Dia da Mulher, a AMP/RS promoveu, no dia 9 de março, um jantar de confraternização para mais de 50 associadas. Realizado no restaurante Eat Kitchen do Cais Embarcadero, o evento contou com a entrega da Medalha Sophia Galanternick, honraria instituída em 2022 que visa reconhecer publicamente o trabalho realizado pelas colegas do Ministério Público. Na primeira entrega da Medalha, foram homenageadas Eunice Terezinha Ribeiro Chalela, Iolanda de Oliveira Samuel, Ligia da Costa Barros e Marly Raphael Mallmann (in memoriam), as quatro primeiras mulheres que ingressaram por concurso público no MPRS, e Simone Mariano da Rocha, a primeira e única, até o momento, procuradora-geral de Justiça. Presente na celebração, Simone recebeu a medalha das mãos do presidente João Ricardo Tavares e das vice-presidentes Márcia Villanova e Karine Teixeira.



Matheus Closs/AMPRS

APOIO AOS COLEGAS



MPRS

Em apoio ao trabalho dos promotores de Justiça Lúcia Helena Callegari e Miguel Germano Podanosche, a Diretoria Executiva, representada pelo vice-presidente Administrativo e Financeiro, Fernando Andrade Alves, esteve no Fórum de Três Passos durante o julgamento de Leandro Boldrini, réu pelo envolvimento no assassinato do filho Bernardo, que já havia sido condenado em 2019, mas teve o julgamento anulado. Os jurados acolheram a argumentação dos promotores, e Boldrini acabou sendo novamente condenado pelo crime.

NOVOS PROMOTORES

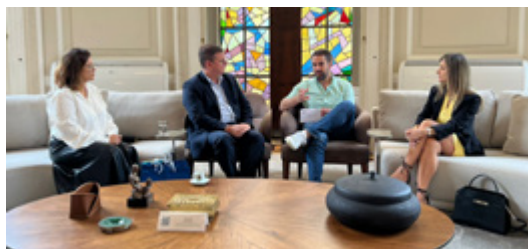
No dia 24 de março, tomaram posse os 32 promotores de Justiça aprovados no 49º concurso realizado pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul. O presidente da AMP/RS, João Ricardo Santos Tavares, esteve presente na solenidade e destacou a importância da cerimônia. “É um momento de felicidade e de certeza da permanente renovação da Instituição e da classe com a chegada de novos colegas que vão levar o MP adiante nos próximos anos”, ressaltou.



Tiago Coutinho/MPRS

REUNIÃO COM GOVERNADOR

A Diretoria Executiva se reuniu com o governador Eduardo Leite, no dia 31 de março, para entregar um ofício formalizando o posicionamento da AMP/RS e da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP) em relação ao processo eleitoral para a Procuradoria-Geral de Justiça do Estado. No documento, a entidade se manifesta favorável à nomeação do candidato mais votado pela classe na eleição marcada para os dias 18, 19 e 20 de maio.



Palácio Piratini

Antigas contendas



**Mário
Cavaleiro
Lisboa**

Procurador
de Justiça
jubilado

Robson Hermes

No século II antes da era cristã, numa cidade romana, como fazia todas as segundas-feiras pela manhã, um grupo de patrícios reuniu-se nas escadarias do templo de Apolo. Normalmente nessas reuniões o grupo de amigos tratava de banalidades, piadas proibidas sobre as vestais ou deboches mútuos por qualquer coisa. Dessa vez, contudo, eles resolveram trocar ideias sobre um acontecimento relevante para a localidade, a próxima eleição para o cargo de pretor, que ocorria anualmente. Quem apoiar? As opções não eram muitas, apenas integrantes de famílias nobres e ricas tinham condições de exercer o cargo. A decisão envolvia nível razoável de angústia, pois era muito importante ser aliado de quem vencesse a eleição, sabe como é, benesses, favorecimentos e favores diversos, mesmo ilegais, eram comuns no mundo romano. Para os aliados, tudo; para os adversários, bem, eles que se virassem sozinhos, quem mandou não dar apoio. As discussões perduraram toda a manhã, sabiam que haveria disputa acirrada, como sempre ocorria, o cargo de pretor era muito cobiçado. Nos últimos anos, o grupo tinha se mantido unido; às vezes eles apoiavam um candidato e perdiam, e o ano todo era uma droga; às vezes apoiavam o candidato ganhador e passavam um ano surfando nos benefícios do poder. Qualquer coisa que houvesse, explicavam ser amigo do pretor. Amigo, sabe? Sim, amigo de frequentar sua casa. E a vida ficava muito mais fácil.

Decidiram procurar Maximo Veritas, homem rico, inatacável e que nunca havia concorrido. Falaram, argumentaram, suplicaram. Até que Maximo Veritas, até então calado, disse: está bem, eu aceito; mas minha campanha será baseada apenas na verdade, nada mais, nada menos que a verdade. Digam que, se eu for eleito, vou administrar a cidade como lido com minha família, meus escravos e minhas propriedades; sempre fui bem-sucedido na atividade privada justamente por professar a sinceridade; quero levar essa filosofia para a atividade pública; vou manter rigorosa austeridade fiscal; não criem esperanças vãs; não prometam benefício algum que não caiba no orçamento da comuna;

vão e espalhem essas minhas ideias. Os apoiadores de Maximo se olharam, não seria tarefa fácil, numa campanha eleitoral, sair dizendo verdades por aí. Mas o candidato era rico, e a riqueza compra tudo, até a virtude. E saíram em campanha. Foram cautelosos. Decidiram pregar as ideias de Maximo com tato, não revelando tudo de uma só vez para não afastar os eleitores.

Por aqueles dias, noutra mansão de família nobre, ocorreu reunião com propósitos assemelhados. Lucio Mendacium, também candidato ao cargo de pretor, tratou da campanha com seus apoiadores. A filosofia de atuação era diferente daquela de Maximo. Esbanjando simpatia e com voz pausada, Lucio começou a orientar os seguidores; sabem, meus amigos, nós temos de partir da premissa de que ninguém neste mundo se contenta com a realidade; todas as pessoas vivem de sonhos e ilusões; os sonhos dominam a espécie humana e fazem com que toda a pessoa, diariamente, pelo menos por alguns momentos, tire os pés do chão; ninguém nota, mas se houvesse um jeito de identificar as pessoas que estão sonhando, mesmo com os olhos abertos, a metade da humanidade estaria levitando; pois é sobre isso que trata o bom político; o candidato precisa tirar proveito da levitação do povo; e não é muito difícil; basta incentivar os sonhos e devaneios que isso vai ajudar no cultivo da levitação em geral; ao perceber que existe alguém tentando auxiliá-lo a levitar, o eleitor ficará muito agradecido, oh, como são bons os devaneios; e quanto mais longe do chão o candidato conseguir fazer com que a pessoa vá, mais adepto do político ela se torna, esse cara é muito legal, ele me enche de esperanças; o ideal é fazer com que a pessoa permaneça sempre com os pés fora do chão, aí ela se torna fanática, apaixonada, não arredo um centímetro de minha posição, pois acredito em tudo o que esse político diz; os fanáticos são de grande utilidade, basta alimentá-los com utopias plausíveis; essa portanto vai ser nossa tarefa: distribuir sonhos a mancheias, fazendo o povo levitar; e não precisamos perder tempo com alguém que se recusa a tirar os pés do chão. Os apoiadores de Lucio saíram muito satisfeitos, como é bom fazer campanha distribuindo sonhos e fantasias.

Realizada a eleição, Lucio Mendacium ganhou o pleito com folgada margem de votos. Ao final do dia, em frente à sua casa, reuniu-se grande número de pessoas em festa, todas levitando e transbordando de felicidade.

Cem dias, agora ou ao final?

Cláudio Brito

Promotor
de Justiça
jubilado
e jornalista

Arquivo pessoal



Virou moda a contagem do tempo em blocos de cem dias, ao menos em questões governamentais. Se alguém elogia a primeira centena de dias do período atual de Eduardo Leite no Rio Grande, logo acrescenta a comparação com o mesmo período de Lula no Planalto. E as reformas alcançadas e consolidadas em nosso Estado, especialmente em matéria das concessões, privatizações e parcerias com a iniciativa privada, injustamente são opostas às dificuldades que o Presidente da República tem encontrado em seu desempenho.

Sejamos justos. Os cem dias de Lula são diferentes dos cem dias de Eduardo Leite. O governador, ao apresentar seu balanço à imprensa, foi claro e honesto, quando disse:

“Neste segundo cem dias de governo, para mim, como governador, para este governo, dentro de um ciclo de gestões que consideramos ao longo destes últimos três mandatos, sempre salientei que nosso governo sempre se propôs a ser evolução sem ruptura com o governo passado, naturalmente agora somos uma continuidade sem mero continuismo e, por isso, nós trazemos o ciclo passado, da superação dos nossos desafios vinculados à agenda fiscal, especialmente, com o pagamento dos salários atrasados, a resolução e um caminho para superarmos a liminar da dívida com a União, que foi acordada numa nova trajetória, as dívidas na saúde, que foram superadas, as alíquotas majoradas, que nós conseguimos vencer e reduzir, a retomada da capacidade de investimentos e ainda passamos o ciclo de pandemia e fizemos uma agenda intensa de reformas, como na previdência, nas carreiras, nos serviços públicos, a reforma tributária, o teto de gastos e ainda a adesão ao regime de recuperação fiscal. Esta agenda que nos trouxe até aqui, nos dá um novo ponto de partida para estes novos cem dias, o que é importante de ser considerado, cem dias bem diferentes do governo passado. Agora partimos para uma nova agenda, com salários em dia, recomposição de nossos efetivos, novos concursos públicos, a redução da burocracia, com revisão de normas e legislações, pagamentos de dívidas históricas e equilíbrio fiscal. A reforma tributária gaúcha é um exemplo para o Brasil, com a devolução de impostos aos mais pobres. Assim, a gente colhe a certeza de que o equilíbrio fiscal é o caminho para

chegarmos ao objetivo de melhoria na vida das pessoas, o que tem sido atingido aqui no Estado”.

Nenhuma dúvida quanto aos sucessos alcançados ou definitivamente desenhados por Eduardo Leite, mas o confronto com os primeiros cem dias de Lula na presidência é que repercute como injustiça. Alguém me disse: “Viste só? O governador tem o que apresentar em pouco mais de três meses. E o presidente, o que fez?”.

Digo eu. O presidente fez o que os primeiros cem dias de verdade ensejaram. O governador apresenta um balanço de três anos e meio, se considerarmos os períodos em que governou efetivamente. Insisto com a proposta de examinarmos e valorarmos o primeiro trimestre mais dez dias de Lula presidente. O governador fez essa justiça ao apresentar seu balanço, destacando que, na verdade, são três gestões analisadas. Então, respondo à indagação inicial, que ora me serve de título, dizendo que esperarei os próximos anos e avaliarei o governo de Lula quando lhe faltarem cem dias de mandato. Antes disso, será injustiça.





Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 501
Praia de Belas - CEP 90050-191
Porto Alegre (RS)
Telefone: (51) 3254.5300
www.amprs.com.br